



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

**PROJETO DE LEI 1.869, DE 2021**

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, e altera a lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências, para regulamentar as faixas marginais de quaisquer cursos d'água natural em áreas urbanas consolidadas.



SF/21230.08825-01

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao art. 3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, na forma do 2º do Projeto de Lei nº 1.869, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 2º .....

Art. 3º .....

XXVI – área urbana consolidada: aquela comprovadamente existente até 25 de maio de 2012, e que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- a) incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica;
- b) com sistema viário implantado e vias de circulação pavimentadas;
- c) organizada em quadras e lotes predominantemente edificadas;
- d) de uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou voltadas à prestação de serviços; e
- e) com a presença de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:
  - 1. drenagem de águas pluviais;
  - 2. esgotamento sanitário;
  - 3. abastecimento de água potável;
  - 4. distribuição de energia elétrica; e
  - 5. limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.’

.....(NR)”



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

## JUSTIFICAÇÃO

A definição de área urbana consolidada deve estabelecer um prazo limite relacionado à publicação do Novo Código Florestal (Lei 12.651, de 25 de maio de 2012), em atenção ao art. 8º, § 4º:

*“Art. 8º A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.*

*§ 4º Não haverá, em qualquer hipótese, direito à regularização de futuras intervenções ou supressões de vegetação nativa, além das previstas nesta Lei”.*

Ainda, ressalta-se que tanto a discussão quanto a publicação da nova lei foram amplamente divulgadas. A sugestão de emenda tem o objetivo de evitar que se perpetuem os núcleos urbanos informais clandestinos e irregulares. Além disso, a área urbana consolidada deve atender a mais requisitos do que o estabelecido no texto original para que os habitantes dessas áreas não vivam em condições precárias.

Na certeza de que a emenda proposta é oportuna e necessária para o esmerado processo legislativo que a sociedade nos exige, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação à presente emenda, ao Projeto de Lei nº 1.869, de 2021.

Sala da Sessão, 24 de agosto de 2021.

**SENADOR JAQUES WAGNER**  
**PT – BA**



SF/21230.08825-01